

A crise silenciosa da Amazônia

CASO 1

ASSOCIAÇÃO VIROLA-JATOBÁ



Autorização para Exploração Florestal (AUTEF)	633/2009	Data de validade	31/08/2010
Licença Ambiental Rural (LAR)	177/2007	Tipo de ipê	Ipê amarelo
Área total da propriedade	29,334.66ha	Número de árvores de ipê declarado na Unidade de Produção Anual (UPA)	Não especificado
Área de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS)	23,467.73ha	Volume e densidade total de árvores de ipê declaradas na UPA	4.22m ³
Área líquida autorizada para a colheita sob AUTEF	462.06ha		(0.01m ³ /ha)
Especialista (engenheiro florestal) responsável pela proposta de PMFS	Marlon Costa de Menezes		
Proprietário do imóvel	Terra pública gerenciada pelo INCRA		

Autorização de Exploração Florestal (AUTEF)	2018/2010	Data de validade	5/10/2011
Licença Ambiental Rural (LAR)	177/2007	Tipo de ipê	Ipê amarelo
Área total	29,393.50ha	Número de árvores de ipê declarado na unidade de produção anual (UPA)	Não especificado
Área de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS)	26,578.80ha	Volume e densidade total de árvores de ipê declaradas na UPA	170.53m ³
Área líquida autorizada para a colheita sob AUTEF	952.53ha		(0.179m ³ /ha)
Especialista (engenheiro florestal) responsável pela proposta de PMFS	Marlon Costa de Menezes		
Proprietário do imóvel	Terra pública gerenciada pelo INCRA		



Virola Jatoba é um projeto de desenvolvimento sustentável no município de Anapu, no estado do Pará. O Plano de Manejo Florestal para a Amazônia pode ser usado como ferramenta para lavar madeira ilegal. 01/04/2014

Um projeto pioneiro

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Virola-Jatobá foi criado em 2002¹ a partir de um projeto de assentamento agrícola patrocinado pelo governo anterior. Sua terra está localizada no município de Anapu, a 25 km da Rodovia Transamazônica. Juntamente com o PDS Esperança, ele foi o primeiro projeto semelhante no Pará², resultado do trabalho da missionária e ativista norte-americana, Irmã Dorothy Stang³, para desenvolvimento de um novo modelo de assentamento destinado a assegurar aos colonos uma fonte segura de renda adicional baseada na gestão da colheita de madeira, sem destruir a floresta.

Conflitos de terras entre os colonos e madeiros levaram ao assassinato da Irmã Dorothy em 2005, dentro do PDS Esperança.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 236 famílias vivem nas terras do PDS Virola-Jatobá.⁴ Algumas delas compõem a Associação Virola-Jatobá (AVJ), uma associação comunitária criada para realizar

atividades de silvicultura por meio de um Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) sobre a maior parte da terra do PDS (principalmente a Reserva Legal – 80% da propriedade que não pode ser limpa para a agricultura).

Somente em 2007, a AVJ recebeu aprovação para seu primeiro plano de manejo, juntamente com a autorização de exploração florestal (AUTEF) para sua primeira Unidade de Produção Anual (UPA), das 15 unidades que viriam depois⁵.

Para operar seu PMFS, a AVJ estabeleceu uma parceria com uma empresa privada, a Vitória Régia Exportadora⁶, cujas responsabilidades deveriam incluir a implementação do plano de gestão, produzindo o inventário florestal para as próximas UPAs e garantir que a atividade florestal esteja de acordo com as normas do Conselho de Manejo Florestal (FSC, na silga em inglês). A relação entre a AVJ e a Vitória Régia foi formalizada através de um contrato validado pelo Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo), criado pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), bem como pelo INCRA e o Ministério Público Federal no Pará.

Desastre social e ambiental

Quando o Greenpeace visitou a área em 2013, no entanto, este modelo havia resultado em um verdadeiro desastre social e ambiental. A Vitória Régia Exportadora, que havia sido vendida para a empresa de produtos de madeira Arbor Native, não estava mais operando diretamente o PMFS do Virola-Jatobá: a operação tinha sido passada para outra empresa, a Bortolanza. No entanto, a Vitória Régia permaneceu titular do contrato, não cumprindo os seus acordos com a comunidade para utilizar métodos de manejo de baixo impacto, atendendo às exigências do FSC, e fornecer implementos agrícolas subsidiados e suprimentos para as famílias que vivem na área do PDS.

Membros da comunidade afirmaram ter descoberto que as Guias Florestais (GFs - documentos do Sisflora para o transporte de madeira) foram impressas a partir de um computador localizado fora da área do PDS Virola-Jatobá, indicando que as operações estavam sendo realizadas escondidas da comunidade. Eles também afirmaram que os mesmos documentos foram usados repetidamente para diferentes carregamentos de madeira, embora eles devam ser usados apenas uma vez.

De acordo com membros da comunidade, a empresa que opera o plano tinha abandonado madeira nos pátios, dizendo à comunidade que não havia necessidade de cortar mais, porque os estoques estavam cheios e porque ela, a empresa, não estava ativamente buscando novas vendas na época. Dessa forma, ela evitou o pagamento à comunidade por sua madeira extraída, utilizando os créditos do Plano para lavar a madeira de outro lugar. O Greenpeace encontrou um grande número de registros – incluindo alguns troncos ociosos, que uma operação florestal competente não teria derrubado – deixados em pátios e nas áreas de floresta do PDS.

Nos poucos tocos que continham placas de identificação, a equipe de inspeção do Greenpeace descobriu que a catalogação consistia apenas no número do registro e, em alguns casos, na Unidade de Trabalho (UT), sem identificação da UPA, o que viola a lei e as regras de rastreabilidade acordadas entre a AVJ e a Vitória Régia. Além disso, a equipe de inspeção do Greenpeace identificou corte de árvores inventariadas fora dos limites da AMF.

A equipe também descobriu muitas árvores que tinham sido designadas para abate nas AUTEFs, mas não haviam sido identificadas em campo. A questão, somada ao abandono de árvores derrubadas, sugere fortemente que os créditos da AVJ estavam sendo usados para lavagem de madeira ilegal de outros lugares.

© Marizilda Cruppe/Greenpeace



O Plano de Manejo Florestal para a Amazônia pode ser usado como ferramenta para lavar madeira ilegal.
01/04/2014

Serraria no município de Uruará, Pará.
28/03/2014



© Marizilda Cruppe/Greenpeace

Processamento

Dos créditos emitidos sob as AUTEFs 633/2009 e 2018/2010⁷, 93% e 52%, respectivamente, foram utilizados em transações com quatro serrarias da região (embora a maior parte da madeira em questão pode não ter vindo da AMF):

- **Bortolanza Indústria e Comércio de Madeiras Ltda (a mesma empresa que passou a operar o PMFS do PDS Virola Jatobá)**

- **Itapuranga Indústria e Comércio de Madeiras Ltda**
- **R E A Indústria e Comércio de Madeiras Ltda**
- **Madeball Indústria e Comércio Ltda.**

A Madeball Indústria e Comércio Ltda possui um histórico de ilegalidades: Entre 2005 e 2008, o IBAMA autuou a empresa em nove infrações, das quais sete ainda estão em julgamento. Os delitos dos quais a empresa foi acusada incluem a venda de madeira

serrada sem autorização para o transporte ou venda, e o armazenamento de madeira sem licença ou prova de origem.⁸

Em junho de 2013, a Justiça ordenou que a serraria Madeball fechasse por 16 meses, no culminar de um processo judicial promovido pelo IBAMA, que havia pego a empresa na posse de 170 m³ de madeira ilegal em 2007⁹. Dias antes da medida de junho de 2013, a Madeball havia sido multada em R\$100 mil (US\$ 45.000) por falsificar informações no Sisflora.¹⁰

GREENPEACE A crise silenciosa da Amazônia

Clientes internacionais para madeira suspeita

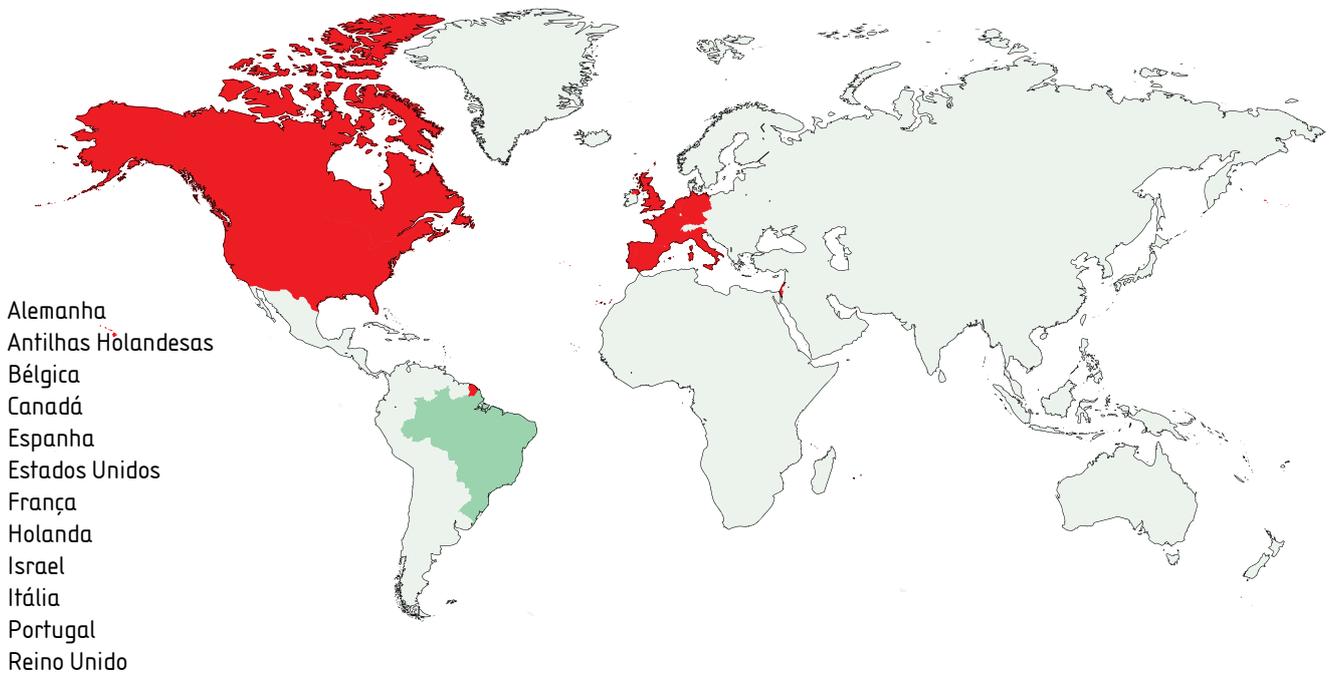
O Greenpeace sabe de 13 empresas que exportaram madeira comprada de quatro serrarias associadas aos PDS Virola-Jatobá; elas exportaram para o Canadá, EUA, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Holanda, Portugal, Espanha, Reino Unido e Israel. Essas empresas de exportação incluem a própria Vitória Régia Exportadora, que, apesar de retirada da gestão do PDS, continua a comprar madeira de duas serrarias ligadas a ele.

A Vitória Régia Exportadora é uma importante cliente da serraria Madeball e também exporta madeira da serraria Bortolanza. Fundada em 2001, a Vitória Régia exportou, desde o início de sua operação até fevereiro de 2014, para pelo menos 11 países, incluindo EUA, França, Alemanha, Canadá, Portugal, Itália e Suécia.

A Vitória Régia enfatiza a sustentabilidade em sua publicidade. É certificada pelo FSC e seus produtos de sucesso incluem o Ecoflooring, um piso de madeira compensada, feito em parte com madeira reciclada¹¹. Em contraste com sua imagem pública, no entanto, em abril de 2013 a empresa foi multada em mais de R\$ 600 mil (US\$270 mil dólares americanos) por estocar e vender madeira sem documentação válida¹².

Empresas exportadoras que compraram da Vitória Régia venderam madeira para varejistas bem conhecidos, incluindo a Lumber Liquidators. Uma empresa norte-americana relativamente nova, a Lumber Liquidators é destaque em programas de TV dos EUA, como Extreme Makeover, This Old House e Casa dos Sonhos¹³, transmitidos pela TV a cabo em muitos países. O site da Lumber Liquidators relata que seu piso pode ser encontrado nas casas de Donald Trump, Angelina Jolie, Kim Basinger e outras celebridades¹⁴.

Mercado Virola-Jatobá



Madeira lavada por meio de créditos da Virola-Jatobá poderá ter sido exportada para os países mostrados.

Notas

- 1 Instituto Internacional de Educação do Brasil (2011) Análise de acordos entre empresas e comunidades para a exploração de madeira em assentamentos rurais na região da BR163 e entorno, no Estado de Pará. http://www.iieb.org.br/files/1613/5215/3899/public_ieb_Empresas_Comunidades.pdf
- 2 Mendes, J., Porro, N. and Shiraishi Neto, J. (2012) A 'ambientalização' dos conflitos sociais no PDS Virola Jatobá no município de Anapu, Estado do Pará. 36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação

- 3 Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Grupo de Trabalho 03, Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e construção de direitos (GT03). http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7861&Itemid=217
- 4 INCRA (2010) Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação, p153. http://pfdc.pgr.mpf.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/reforma-agraria/questao-fundaria/assentamentos_2001_a_2010.pdf
- 5 Instituto Internacional de Educação do Brasil (2011) Análise de acordos entre empresas e

- 6 comunidades para a exploração de madeira em assentamentos rurais na região da BR163 e entorno, no Estado de Pará. www.iieb.org.br/files/1613/5215/3899/public_ieb_Empresas_Comunidades.pdf
- 7 Vitória Régia Exportadora website: www.vrexpo.com.br/subMenuResponsabilidadeManejo.php
- 8 MPF Para, Investigation Procedure number 1.23.000.001187/2013-31
- 9 IBAMA cases 02048.001645/2006-42, 02047.000782/2006-70, 02069.000002/2008-03 and 02069.000003/2008-40
- 10 IBAMA (2013) Madeireira multada pelo Ibama é condenada a 1,4 ano de interdição por crime ambiental no Pará, 18 June. www.ibama.gov.br/noticias-ambientais/madeireira-multada-pelo-ibama-e-condenada-a-14-ano-de-interdicao-por-crime-ambiental-no-para

- 11 IBAMA case 02018.000727/2013-56
- 12 Vitória Régia Exportadora website: www.vrexpo.com.br/subMenuProdutosEcoflooring.php
- 13 IBAMA documents 206216/2013-DITEC and 206217/2013-DITEC.
- 14 Lumber Liquidators website: <http://investors.lumberliquidators.com/2014-01-09-Lumber-Liquidators-Announces-Management-Promotions>
- 15 Lumber Liquidators blog: <http://blog.lumberliquidators.com/lumber-liquidators/about-us.html>